

# **DISCURSOS PAN-AMERICANISTAS: Salvador de Mendonça, o reconhecimento da República brasileira pelos Estados Unidos e o Itamaraty (1889-1913)**

Elion de Souza Campos\*

**RESUMO:** O presente artigo tem por objetivo analisar os discursos de Salvador de Mendonça sobre o reconhecimento da República brasileira pelo governo dos Estados Unidos. Pretende-se investigar as ideias do intelectual sobre a aproximação entre os dois países, levando-se em consideração o contexto linguístico em que foram produzidas. Essas representações foram produzidas entre 1898 e 1913, em um período de ascensão da retórica pan-americana e de escalada do imperialismo estadunidense, sob a legitimação de releituras da Doutrina Monroe. No tempo em que o Barão do Rio Branco chefiou o Itamaraty, Mendonça apresentou aos seus leitores um parâmetro de comparação entre sua atuação e as diretrizes que conduziam o Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Seus discursos constituem uma defesa de sua conduta pública como diplomata e utilizam recursos retóricos para atingir seus objetivos.

**PALAVRAS-CHAVE:** pan-americanismo; Doutrina Monroe; Primeira República; Diplomacia.

## **Pan-Americanist speeches: Salvador de Mendonça, the recognition of the Brazilian Republic by the United States and the Itamaraty (1889-1913)**

**ABSTRACT:** The present article aims to analyze the speeches of Salvador de Mendonça about the recognition of the Brazilian Republic by the United States government. It is intended to investigate the ideas of the intellectual about the approximation between the two countries, taking into consideration the linguistic context in which they were produced. These representations were produced within 1898 and 1913, in a period of rise of Pan-American rhetoric and escalation of US imperialism, under the legitimation of rereadings of the Monroe Doctrine. During the time when Baron of Rio Branco headed the Itamaraty, Mendonça presented to his readers a parameter of comparison between his performance and the guidelines that led the Brazilian Ministry of Foreign Relations. His speeches constitute a defense of his public conduct as a diplomat and use rhetorical resources to achieve his objectives.

**KEYWORDS:** Pan-Americanism; Monroe Doctrine; First Republic; Diplomacy.

## **Discursos panamericanistas: Salvador de Mendonça, el reconocimiento de la República brasileña por los Estados Unidos y el Itamaraty (1889-1913)**

**RESUMEN:** Este artículo tiene como objetivo analizar los discursos de Salvador de Mendonça sobre el reconocimiento de la República brasileña por el gobierno de los Estados Unidos. Se pretende investigar las ideas del intelectual sobre la aproximación entre los dos países, teniendo en cuenta el contexto lingüístico en que se produjeron. Estas representaciones se produjeron entre 1898 y 1913, en un período de ascenso de la retórica panamericanista y de escalada del imperialismo estadounidense, bajo la legitimación de las relecturas de la Doctrina Monroe. En el período en que el Barón de Río Branco presidió el Itamaraty, Mendonça presentó a sus lectores un parámetro de comparación entre su actuación y las directrices que conducían al Ministerio de Relaciones Exteriores de Brasil. Sus discursos constituyen una defensa de su conducta pública como diplomático y utilizan recursos retóricos para alcanzar sus objetivos.

**PALABRAS CLAVE:** Panamericanismo; Doctrina Monroe; Primera República; Diplomacia.

\*Mestre em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente é Professor da Universidade Estácio de Sá (Rio de Janeiro) e doutorando em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Contato: Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ – Largo de São Francisco, nº 1, sala 205, Centro, CEP: 20051-070, Rio de Janeiro–RJ, Brasil. E-mail: elioncampos@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9767-6151>.

## Introdução

Salvador de Mendonça foi um intelectual e diplomata atuante no processo de reconhecimento da República brasileira pelos Estados Unidos, após sua Proclamação, em 1889. Era ministro plenipotenciário da Legação brasileira em Washington, quando a República foi proclamada no Brasil e trabalhou em prol do reconhecimento, deixando suas representações sobre esse processo em discursos publicados na imprensa e posteriormente compilados em livro. Pretendo neste artigo analisar os discursos de Mendonça sobre o reconhecimento da República brasileira pelo governo dos Estados Unidos, priorizando suas ideias sobre o estreitamento das relações entre os Estados Unidos do Brasil e os Estados Unidos da América, num contexto linguístico marcado pelo surgimento da retórica do pan-americanismo,<sup>1</sup> que visava estreitar o relacionamento político, econômico e militar entre os países do Continente Americano, sob a hegemonia dos Estados Unidos (CASTRO, 2012, p. 41-42).

Os textos de Salvador de Mendonça são compreendidos aqui como atos discursivos. Em outras palavras, eles correspondem a uma tomada de posição em um determinado debate político (SKINNER, 2005, p. 162). Pretendo investigar o que o intelectual “estava fazendo” quando proferiu seus discursos, em seu contexto linguístico específico (SKINNER, 2005, p. 117-118; 123-124). Essa abordagem da história intelectual implica o resgate da linguagem do autor, pois é nela que os seus discursos estão circunscritos e é ela que determina o que pode ser dito em seu interior (POCOCK, 2003, p. 28; 64). Portanto, os enunciados emitidos por Mendonça serão analisados neste artigo como atos históricos, cujo sentido será buscado em seu contexto discursivo, que determina suas possibilidades de significado.<sup>2</sup> Dessa maneira, busco me aproximar do sentido dos discursos de Salvador de Mendonça no tempo em que foram produzidos.

Buscarei demonstrar que Salvador de Mendonça pretendeu, com seus discursos, confrontar a orientação diplomática que vigorou no Itamaraty no período em que o Barão do Rio Branco ocupou o cargo de Ministro das Relações Exteriores da República brasileira (1902-1912). Por meio de uma linguagem pan-americanista, o intelectual buscou comparar suas ideias diplomáticas às diretrizes de Rio Branco. No entanto, a afinidade entre esses dois conjuntos de ideias leva à constatação de que a argumentação de Mendonça é uma peça retórica destinada à defesa de sua conduta pública como diplomata.

## Trajatória política e produção intelectual de Salvador de Mendonça

Salvador de Menezes Drummond Furtado de Mendonça foi um intelectual fluminense formado na segunda metade do século XIX, durante o Segundo Reinado no Brasil.<sup>3</sup> Nasceu em 1841, em Itaboraí, na província do Rio de Janeiro e, como diversos intelectuais da época, formou-se na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo.<sup>4</sup> Diplomata, professor, advogado, jornalista e escritor, travou contato direto com os principais intelectuais brasileiros do período. Suas obras literárias não lhe deram destaque como escritor, muito embora tenha sido membro fundador da cadeira 20 da Academia Brasileira de Letras (ABL), cujo patrono é Joaquim Manuel de Macedo. Seus textos políticos na imprensa alcançaram relativo relevo na época, mas seu maior reconhecimento se deu pela carreira diplomática. Oriundo da “geração de 1870”, foi signatário e coautor do Manifesto do Partido Republicano (ALONSO, 2002, p. 107-109).

Salvador de Mendonça iniciou sua militância republicana no contexto da crise política de 1868. Quando D. Pedro II utilizou o Poder Moderador para dissolver o gabinete progressista de Zacarias de Góis, a reação liberal foi forte (CARVALHO, 2006, p. 206-209; 403-404; 410-411). A decisão do imperador foi tomada tendo em vista a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, buscando um afinamento maior entre o governo e o exército, cujo comando era do conservador Duque de Caxias. Os liberais, vendo-se alijados do poder, qualificaram o ato como golpe, acusando o imperador de traição na imprensa partidária. Muitos radicalizaram o teor liberal do discurso, exigindo reformas na estrutura política do Império (LYNCH, 2014a, p. 74-75). Mendonça, que perdera os empregos no poder público, estava entre eles. Suas ideias logo avançaram para o republicanismo, e, em 1870, fundou, junto com outros intelectuais no Rio de Janeiro, o Partido Republicano. O jornal do partido, *A República* (1870), publicou o manifesto que clamava pela mudança de regime, pelo federalismo, pela inserção do Brasil na América e pelo rompimento dos laços que atavam o Brasil à Europa, à herança colonial e ao Antigo Regime.

O período de maior atuação de Salvador de Mendonça no Partido Republicano foram os dois primeiros anos após sua fundação. Afastou-se dos cargos de direção num momento de recrudescimento do movimento, provocado pela indefinição quanto à questão abolicionista. Muitos republicanos, especialmente de São Paulo, tinham ligações com as oligarquias rurais e incorporavam suas demandas, tornando o assunto um tema de dissensão entre os correligionários (PEREIRA, 2009, p. 47-48). De outra parte, a promoção de reformas

modernizadoras pelo Gabinete conservador, presidido pelo visconde do Rio Branco, contribuía para esvaziar o apelo progressista do republicanismo. Somado a isso, o governo imperial iniciou, na década de 1870, uma estratégia de cooptação de quadros republicanos e liberais (ALONSO, 2002, p. 110). O convite feito à Mendonça para integrar a diplomacia brasileira nos Estados Unidos insere-se nessa iniciativa.<sup>5</sup>

Mesmo reafirmando seu republicanismo, Salvador de Mendonça ingressou na burocracia imperial. Como cônsul em Nova Iorque, trabalhou pelo estreitamento de laços comerciais entre o Brasil e os Estados Unidos. À época, os Estados Unidos já eram o principal importador do café brasileiro, enquanto as importações brasileiras daquele país eram consideradas irrisórias (SCHOULTZ, 2000, p. 106). O momento coincidiu também com o surto industrial expansionista dos Estados Unidos, que buscavam mercados para a absorção de sua produção. A legitimação ideológica para a corrida imperialista estadunidense foi a Doutrina Monroe, ressignificada para os objetivos expansionistas de fins do século XIX.<sup>6</sup> O Brasil era visto como um dos principais alvos por políticos e empresários daquele país, e Mendonça buscou, sem sucesso, estabelecer tratados bilaterais de comércio, sempre vetados pelos Gabinetes imperiais.

Em fins do século XIX o governo dos Estados Unidos esforçou-se por formar um subsistema continental de poder nas Américas. A principal ferramenta foi a convocação da I Conferência Continental Americana, em 1889, cujo maior objetivo era consolidar o comércio continental, vencendo a concorrência europeia e estabelecendo a América Latina como área de influência econômica dos Estados Unidos (SMITH, 2009, p. 616-617; TOPIK, 2009, p. 78-83). Nesse contexto, Salvador de Mendonça foi elevado a ministro plenipotenciário do Império em missão especial para os trabalhos da Conferência, tendo como diretriz imperial bloquear os avanços estadunidenses. No entanto, enquanto a Conferência se realizava em Washington, no Rio de Janeiro, por meio de um golpe militar, o Brasil se tornava uma República.

Por ser reconhecido como republicano histórico e por seus vínculos pessoais com quadros que formaram o novo governo do Brasil, Salvador de Mendonça foi mantido na função diplomática e passou a trabalhar em prol do reconhecimento da República pelo governo estadunidense. Ele tinha a consciência de que nenhuma potência europeia reconheceria o novo governo brasileiro antes que os Estados Unidos e foi responsável por negociar com as autoridades estadunidenses. O reconhecimento foi obtido com relativa rapidez em janeiro de 1890, após o que Mendonça, com o consentimento do novo ministro

das relações exteriores da República, Quintino Bocaiuva, aplicou imediatamente uma “interpretação republicana” às diretrizes imperiais na Conferência de Washington.

Salvador de Mendonça contribuiu para a aprovação de um projeto de tribunal de arbitramento obrigatório, que seria responsável por mediar todas as questões diplomáticas entre os países americanos. Embora aprovado na Conferência, o tribunal foi rejeitado pelos parlamentos dos países representados, malogrando uma das principais estratégias pan-americanas defendidas pelo governo estadunidense. No entanto, Mendonça continuou atuando em prol da aproximação entre o Brasil e os Estados Unidos, negociando, em 1891, em nome do governo de Deodoro da Fonseca, um Convênio Aduaneiro entre os dois países. O tratado foi duramente criticado na imprensa pela oposição monarquista e por políticos ligados ao governo.<sup>7</sup> À época, o governo buscava a implementação de um projeto industrializante que era capitaneado pelo ministro da Fazenda, Rui Barbosa. O acordo foi visto como prejudicial à industrialização do País, por derrubar barreiras protecionistas, facilitando a entrada de produtos estadunidenses. Mendonça defendeu-se afirmando que a prova de que a iniciativa foi benéfica para o Brasil foi a denúncia desta feita pelo governo dos Estados Unidos quatro anos depois (TOPIK, 2009, p. 148-152).

O momento mais controverso da carreira diplomática de Salvador de Mendonça deu-se durante a Revolta da Armada (1893-1894), quando oficiais da Marinha de guerra brasileira bloquearam o porto do Rio de Janeiro ameaçando bombardear a cidade caso o Marechal Floriano Peixoto não renunciasse à Presidência da República. Mendonça, alegando que a desestabilização da nova República poderia levar ao retorno da monarquia, buscou o não reconhecimento da beligerância aos revoltosos por parte do governo dos Estados Unidos. Negociou também a compra no exterior de embarcações e armamento para a montagem de uma esquadra improvisada que pudesse atuar em defesa do governo florianista. Entretanto, sem dúvida o que causou mais polêmica foi a sua intermediação para uma intervenção da Marinha dos Estados Unidos no sentido de romper o bloqueio do Porto do Rio de Janeiro. A intervenção foi considerada por muitos uma violação da soberania nacional, e a atuação de Mendonça foi duramente reprovada, tanto por oposicionistas quanto por governistas (TOPIK, 2009, p. 262-265).

Em 1898, durante o governo de Prudente de Moraes, Salvador de Mendonça foi exonerado do cargo diplomático, sob a alegação de que estaria passando por problemas de saúde. Seu sobrinho e biógrafo afirmou que os motivos da demissão teriam sido as medidas tomadas por seu irmão, Lúcio de Mendonça, ministro do Supremo Tribunal Federal (STF),

contrárias às intenções do presidente (MENDONÇA, 1960, p. 188-212). Lúcio de Mendonça aproximava-se da facção jacobina de republicanos, que se opunha aos liberais, dos quais o presidente era representante. Após sofrer um atentado contra sua vida, no Rio de Janeiro, Prudente decretou estado de sítio na capital, prendeu e desterrou diversos políticos e militares jacobinos (LESSA, 2015, p. 148-151). Lúcio de Mendonça decretou o *habeas corpus* dos prisioneiros, e, em retaliação, seu irmão teria sido exonerado do serviço diplomático. Somente em 1903, no governo Rodrigues Aves, quando o Barão do Rio Branco ocupava o cargo de Ministro das Relações Exteriores, Mendonça foi reintegrado ao serviço diplomático e posto em disponibilidade. Tentou voltar ao serviço efetivo até 1907, quando seu nome foi preterido para chefiar a delegação brasileira na Segunda Conferência Internacional de Haia.

Entre 1898 e 1913, quando faleceu, Salvador de Mendonça escreveu artigos de opinião sobre as políticas interna e externa do Brasil, defendendo-se dos adversários e polemizando os rumos tomados pelo Ministério das Relações Exteriores. O foco principal de seus artigos foi a relação entre o Brasil e os Estados Unidos. A maioria deles foi compilada em duas coletâneas: *Ajuste de Contas* (1904) e *A Situação Internacional do Brasil* (1913), sendo a segunda uma revisão ampliada da primeira. Embora o período em que trabalhou na diplomacia brasileira nos Estados Unidos seja assunto recorrente nesses artigos, reforçamos que a maioria dos discursos utilizados na pesquisa foram escritos ou revisados no final da vida do intelectual e se prestam a responder ao contexto político e diplomático do início da década de 1910. Tomo parte desses discursos como minhas fontes primárias para o presente artigo.

### **O lugar de Salvador de Mendonça na historiografia brasileira**

Os discursos de Salvador de Mendonça ajudam a explicar o funcionamento das políticas interna e externa da Primeira República. O ostracismo político em que caiu no final de sua vida e sua quase total omissão na historiografia revelam nuances da cultura política do período (TOPIK, 2009, p. 371).<sup>8</sup> Sua exclusão dos quadros burocráticos do Estado brasileiro se deu por não se identificar com os grupos políticos que se perpetuaram no poder a partir dos governos civis da Primeira República. Muito embora fosse ideologicamente alinhado ao republicanismo histórico de vertente liberal, sua atuação na Revolta da Armada fez com que fosse identificado com o florianismo militarista, apoiado principalmente por setores jacobinos e positivistas. Mesmo esses setores do republicanismo radical não se identificavam com a figura de Mendonça, em razão de seu passado na burocracia imperial.

Quando seu irmão Lúcio de Mendonça rompeu com a política do governo de Prudente de Morais, Salvador de Mendonça foi afastado do Cargo, tendo sofrido diversos ataques na imprensa. Da parte dos liberais, foi acusado de corroborar com a ofensa à soberania nacional para a manutenção do governo de Floriano Peixoto. Já os radicais acusavam-no de ser um monarquista infiltrado nos quadros do Estado republicano. Monarquistas, por sua vez, rotulavam-no como subserviente aos interesses estadunidenses. Tempos depois, quando da subida do Barão do Rio Branco e de Joaquim Nabuco ao Itamaraty, durante o governo Rodrigues Alves, foi ignorado em suas intenções de voltar ao serviço diplomático ativo e viu os louros da boa relação entre o Brasil e os Estados Unidos serem entregues a outros.

Salvador de Mendonça não era um estadista nem um intelectual de primeiro escalão, mas foi um homem que conviveu em meio à elite política da época, e, justamente por não se alinhar a ela quando da escrita de seus discursos, suas representações fazem-se valiosas para a interpretação do período. Quando lança *A situação Internacional do Brasil* (1913), 15 anos após sua retirada do serviço diplomático, revisa e amplia textos lançados anos antes, buscando se defender dos críticos à sua atuação e transparece o ressentimento pelo não reconhecimento de seus serviços, bem como pelos rumos oligárquicos tomados pela Primeira República.

Há poucos trabalhos que abordam as ideias de Salvador de Mendonça. No entanto, ao menos dois textos mais recentes são relevantes na abordagem desse objeto de pesquisa. Gabriel Terra Pereira (2009) analisou a diplomacia de Mendonça, mostrando como a americanização, encampada pelo intelectual, foi de fundamental importância para a consolidação do regime republicano no Brasil, na medida em que contribuiu para a mudança de paradigmas na cultura política brasileira: a mudança do modelo europeu para o americano, mais precisamente, o estadunidense. Pereira aborda o objeto a partir da desestruturação político-administrativa dos primeiros anos da Primeira República e da porosidade entre as políticas interna e externa, que levaria à inexistência de uma diretriz política para as ações do Ministério das Relações Exteriores. Portanto, os agentes diplomáticos do Itamaraty, durante os governos de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, atuavam de forma relativamente independente do governo central. Isso lhe permitiu ser ator político dessa americanização. Para ele, importaria mais a manutenção do regime político republicano, visto como um passo na evolução civilizatória, do que possíveis prejuízos econômicos, ou mesmo quebras na soberania nacional. Para Mendonça, republicanização significaria americanização. A aproximação do Brasil com os Estados Unidos, tanto pela via econômica como pela adesão ao monroísmo, significariam a salvaguarda do regime republicano recém-instalado no País.

Nesse entendimento, Salvador de Mendonça torna-se uma figura importante para se compreender a mudança de cultura política no Brasil, bem como a manutenção do regime ante a ameaça de desestruturação.

Américo Alves de Lyra Júnior (2014) analisa as representações de Salvador de Mendonça e de Oliveira Lima, outro importante intelectual e diplomata do período, sobre a inserção do Brasil na América. Segundo o autor, a ação de Salvador de Mendonça seria afetada pela percepção dos impactos da Doutrina Monroe sobre as nações latino-americanas. A doutrina teria ganhado diversas ressignificações desde que surgiu, indicando cada vez mais a expansão territorial e econômica dos Estados Unidos. Intelectuais como Mendonça e Lima acompanhariam essas mudanças progressivas na direção do imperialismo e seus efeitos na relação entre os Estados Unidos e as demais nações americanas. Assim, direcionariam sua ação diplomática de acordo com tal percepção. Nessa abordagem, Mendonça é visto sob o prisma do desenvolvimento do capitalismo estadunidense, que fundamentaria sua adesão utilitarista ao pan-americanismo, tendo em perspectiva a inevitabilidade da hegemonia estadunidense no concerto mundial capitalista. Buscaria, pela diplomacia, regras jurídicas que limitassem o arbítrio estadunidense, visando à não agressão às soberanias latino-americanas e, junto a isso, a obtenção de benefícios políticos e econômicos para o Brasil com essa aproximação.

Ambos os trabalhos contribuem para a presente pesquisa. As abordagens não se excluem, no sentido de que, enquanto uma privilegia aspectos referentes à política interna brasileira na Primeira República, a outra enfatiza a política exterior do Brasil em relação ao imperialismo estadunidense. É plausível que Salvador de Mendonça tanto agisse tendo em mente a fragilidade interna da República recém-construída no Brasil, quanto verificasse o avanço do expansionismo dos Estados Unidos. No entanto, considero que a análise dos discursos de Mendonça apresentados em sua principal obra, *A Situação Internacional do Brasil*, deve levar em consideração o contexto social e, principalmente, linguístico do período em que foram produzidos, a saber, o início da segunda década do século XX. Tais discursos, longe de serem mera narração da atividade do diplomata, são atos discursivos voltados à contraposição dos críticos, à legitimação da sua carreira pública e, por fim, à denúncia dos rumos oligárquicos tomados pela República. Para comprovar essa hipótese, foram selecionados para análise fragmentos dos discursos de Salvador de Mendonça relativos à Proclamação da República brasileira e o seu reconhecimento pelo governo dos Estados Unidos.



## **A Proclamação da República no Brasil e o seu reconhecimento pelo governo dos Estados Unidos (1889-1890)**

A proclamação da República no Brasil ocorreu enquanto eram realizados os trabalhos da I Conferência Internacional Americana. Realizada entre 2 de outubro 1889 e 19 de abril de 1890, em Washington, ficou conhecida pela imprensa dos Estados Unidos como “Conferência Pan-americana” e marcou oficialmente o início do ideário homônimo. A partir daí, “o termo Pan-americanismo difundiu-se e passou a denominar o conjunto de políticas de incentivo à integração dos países americanos, sob a hegemonia dos Estados Unidos” (CASTRO, 2012, p. 42). Enquanto Salvador de Mendonça estava em Washington atuando como ministro plenipotenciário junto à legação brasileira, no Brasil a Monarquia caía mediante uma intervenção militar no dia 15 de novembro e, em seu lugar, era proclamada a República.

A atividade de Salvador de Mendonça no Partido foi decisiva para sua manutenção no cargo. Ele afirma que o golpe que instaurou a República nunca fora a forma que projetara, que seu desejo era que o republicanismo no Brasil fosse feito por meio do parlamento, sendo a vontade de toda a nação representada quando essa mesma nação estivesse preparada para a República. O discurso é indicativo de um pensamento evolucionista que via a República como o último grau do desenvolvimento civilizatório. Para Mendonça, o regime imperial do Brasil representava um estágio preparatório pelo qual o País deveria passar e no qual, de forma pedagógica, o povo brasileiro pudesse se preparar adequadamente para as instituições democráticas.

A verdade, porém, - e digo-a sem reboço, - é que nutrindo a mesma creança [*sic*] republicana que sempre nutri, no primeiro momento estive para retirar-me á vida privada, por não acreditar na efficacia do processo empregado para a mudança do regimen politico. Preferia-a feita no Parlamento, como a desejava o conselheiro Sarai- [*sic*] quando para isso estivesse o Brazil preparado e fosse esse o voto da maioria da nação. Entretanto, posto de parte todo o interesse pessoal, acreditando sinceramente que a Republica viera para ficar e acceitando desde longo tempo o lemma de Franklin que “só dentro d’agua se aprende a nadar” entendi não poder negar meu concurso ás novas instituições, que durante toda a minha vida de imprensa procurara doutrinar com profunda sinceridade (MENDONÇA, 1913, p. 113).<sup>9</sup>

O discurso de Salvador de Mendonça configura-se como uma defesa de sua atuação pública. Em primeiro lugar, o intelectual afirmou sua insatisfação pelo modo como a República foi implantada no Brasil: um golpe militar. Além de não representativa, a Proclamação teria ocorrido num momento em que a população brasileira não estava preparada para a República. De modo que não lhe caberia a acusação de conspirador republicano contra

o Império, já que projetara um processo distinto. Em segundo lugar, em diferentes momentos ele menciona ter sido acusado de trair o movimento republicano ao aceitar exercer um cargo na diplomacia imperial. Ao admitir o Império como um estágio necessário para a preparação da população, Mendonça justifica sua conduta de aceitação do cargo público. Em terceiro lugar, opor-se publicamente ao golpe militar era uma forma de se esquivar da identificação com o florianismo, gerada após o papel desempenhado nos eventos da Revolta da Armada.

No entender de Salvador de Mendonça, o despreparo dos brasileiros para o regime democrático se demonstrava no analfabetismo da grande maioria da população. Para ele, somente uma sociedade letrada estaria preparada para a experiência de um regime fundamentado no direito escrito, motivo pelo qual a propaganda republicana alcançava apenas uma reduzida parcela do povo. A proclamação da República no Brasil do modo como ocorreu seria uma queima de etapas.

É também justo dizer que em uma nação cuja grande maioria é de analfabetos, o governo, fosse qual fosse o pessoal de sua organização, não podia fazer milagres e tirar dessa massa inconsciente uma República modelo [...]. A melhor prova de que a obra da propaganda republicana tinha de ser lenta e penosa é que os escriptos dos propagandistas serviram apenas para as classes dirigentes e para os homens educados (MENDONÇA, 1913, p. 3).

O parâmetro do intelectual aqui são os Estados Unidos, que afirmava admirar e onde, segundo ele, um povo mais educado e cioso de sua cidadania tomava as rédeas do país pelo voto, não havendo a necessidade de revoluções (MENDONÇA, 1913, p. 4). Portanto, a transição de regime teria sido feita de modo forçado, enquanto a obra pedagógica do Império ainda estaria incompleta. O povo continuava a ignorar as Leis, pois não tinha acesso ao letramento; caso contrário, não seria necessário um pronunciamento para instalar uma República.

Para Salvador de Mendonça, a República não era apenas um estágio avançado da civilização, mas também uma forma de governo inerente e natural à América. Tornando-se republicano, o Brasil se aproximaria do restante do continente, do qual estivera separado pelo regime político. Para ele, o republicanismo significava a civilização americana. O intelectual acreditava que a aproximação da América, sobretudo dos Estados Unidos, auxiliaria o Brasil a superar os obstáculos impostos pela falta de preparo popular para a democracia. A República estava feita, e um retorno da Monarquia representaria um retrocesso, restando aos republicanos convictos trabalhar para fazer avançar a Nação. Dessa forma, Mendonça busca justificar sua permanência na diplomacia após a proclamação da República.

Para uma parte dos intelectuais e homens públicos ibero-americanos, a América, notadamente a do Norte, era reconhecida como um símbolo de recomeço e superação do atraso europeu relacionado ao Antigo Regime (SANTOS, 2005, p. 23-24). No caso brasileiro, esse movimento se convertia na superação da monarquia, mirando nos Estados Unidos o modelo utópico ideal reservado para o futuro. Ao mesmo tempo, essa construção simbólica americana implicava a representação de uma Europa vinculada aos males do colonialismo. A América se apresenta nos discursos de intelectuais como Salvador de Mendonça um território aberto ao futuro, livre das influências decadentes do Velho Mundo.

Após uma inclinação inicial do governo dos Estados Unidos de reconhecer a República brasileira, em boa medida insuflada pelo secretário de Estado, James Blaine, o presidente Benjamin Harrison adotou cautela (MENDONÇA, 1913, p. 117-118). Essa hesitação devia-se em parte à boa impressão que se tinha de Pedro II e também ao receio de que o novo regime pudesse se tornar, pelo modo como foi implantado, uma ditadura militar (CERVO; BUENO, 2012, p. 164). O Congresso estava dividido. Havia os que consideravam a conveniência de enviar um “recado” à Europa de que os Estados Unidos tomariam partido das repúblicas americanas e, ao mesmo tempo, arregimentar o Brasil para sua orbita de influência. Mas havia também os que recomendavam prudência, com receio de que o movimento não passasse de uma quartelada.

Pelos fins do mez de janeiro, recebi do barão de Itajubá uma carta, na qual me informava de que nenhuma potencia européa [*sic*] reconheceria a Republica brasileira, antes que os Estados-Unidos o fizessem. Entendi dever empregar todo o esforço afim de alcançar o reconhecimento de que dependia o das potencias européas (MENDONÇA, 1913, p. 118).

O intelectual compreendia que o reconhecimento da República brasileira pelas potências europeias dependia do reconhecimento estadunidense, um indício de que tinha consciência da força da Doutrina Monroe no final do século XIX. Dentre os Estados europeus, aquele de que mais urgentemente se esperava o reconhecimento era o Reino Unido, o maior credor e o maior exportador de industrializados para o Brasil. A estabilidade política brasileira representava a segurança de seus capitais. D. Pedro II gozava de grande prestígio perante as potências estrangeiras, justamente por ser visto como garantidor da estabilidade interna do País, diferenciando o Brasil da imagem que se fazia das repúblicas latino-americanas, marcadas por golpes e pronunciamentos (CERVO; BUENO, 2012, p. 146-148). Em primeiro lugar, para Mendonça a “amizade” e o “apadrinhamento” estadunidenses

significavam a manutenção da República brasileira pela força da Doutrina Monroe diante de possíveis tentativas europeias de restauração da Monarquia. Em segundo lugar, significavam uma aproximação com a República exemplar, que poderia ajudar o Brasil a galgar degraus na hierarquia civilizacional, pelo exemplo, pelas relações comerciais e por sua força intervencionista.

Antes do início da I Conferência Internacional Americana, em um jantar oferecido pelas autoridades da cidade de Portland, no Estado do Maine, aos delegados das nações representadas, Salvador de Mendonça fora convidado a responder um brinde feito ao Brasil. As palavras do seu discurso, que foi posteriormente publicado no jornal *The New York Tribune*, teriam soado como uma “profecia” da proclamação da República, poucos dias depois.

Recordando na cidade do poeta do *Rio Songo*, Longfellow, que as águas desse rio abraçavam muitas ilhas fertilizadas pelas mesmas correntes, comparei as ilhas às nações do nosso continente, animadas do mesmo espírito de liberdade e fiz votos para que em um futuro próximo pudessem todas viver sob o regime democrático. (MENDONÇA, 1913, p. 131).

A imagem utilizada no discurso transmite a ideia de um mesmo espírito que animaria todo o Continente americano. Esse seria o espírito republicano, associado às ideias de liberdade e democracia, que mesmo antes do advento da República estaria presente no Brasil e em toda a América. O País invariável e logicamente seguiria o rumo evolutivo da civilização, ainda que estivesse em uma etapa primária desse desenvolvimento. Esse discurso foi publicado por Mendonça para contradizer seus opositores, que o acusavam de monarquista. À busca pelo reconhecimento do novo regime se relacionava outra intenção: o desenvolvimento de um novo comportamento político que dissociasse o Brasil de seu passado antiamericano e monarquista.

Em resposta a um brinde feito em nome de “uma América toda republicana”, em um banquete oferecido aos delegados da Conferência de Washington pela União Comercial Hispano-Americana de Nova Iorque, quando a República brasileira já havia sido proclamada, Salvador de Mendonça declara que:

A transformação do Imperio Brasileiro em Estados Unidos do Brazil não é mero accidente da vida dos partidos politicos, producto inesperado de um pronunciamento militar: é o resultado logico (era preciso então por honra nossa, dizer isso lá fora), da evolução histórica do progresso de uma nacionalidade na estrada ascendente da liberdade e da civilização (MENDONÇA, 1913, p. 132).

Percebe-se que Mendonça quis passar aos demais conferencistas a ideia de que a Proclamação não teria sido uma mera quartelada, tentando afastar a imagem de instabilidade, tendo-se em vista que o reconhecimento oficial por parte dos Estados Unidos ainda não havia sido feito.<sup>10</sup> As ideias de um processo lógico, de uma evolução progressiva e de encerramento de um ciclo na história brasileira, que naquele momento passava a se vincular à americana, são marcas do espírito da época. Este fora apropriado pelos republicanos históricos como uma evolução lógica rumo ao republicanismo, escopo da América.<sup>11</sup> Tal ideia buscou representar o processo republicano brasileiro como irreversível e dirimir os temores estrangeiros, em especial estadunidenses, sobre a instabilidade do regime.

Salvador de Mendonça e Quintino Bocaiúva concorreram para o a aproximação entre o Brasil e a potência hegemônica do continente, conseguindo seu reconhecimento, antes de qualquer potência europeia, no dia 29 de janeiro de 1890.<sup>12</sup> Apesar de certa vacilação por parte dos estadunidenses, o reconhecimento foi relativamente rápido. Junto à moção de congratulação ao povo brasileiro aprovada por unanimidade pelo Congresso dos Estados Unidos, em 20 de fevereiro do mesmo ano, o reconhecimento da República brasileira pelos Estados Unidos indicaria interesse daquele governo em estreitar as suas relações com o Brasil. Entre maio de 1891 e maio de 1892, todas as grandes potências europeias reconheceram o regime brasileiro. Segundo Fernando Castro (2012, p. 37), o novo sistema político brasileiro significou o reforço na tendência de estreitamento de relações com os Estados Unidos, sendo as relações diplomáticas uma via de adesão ao americanismo republicano e abandono do monarquismo europeísta.

Salvador de Mendonça relata que conferenciou com os representantes dos Estados Unidos na I Conferência Internacional Americana, bem como com o secretário de Estado, James Blaine, com o fito de obter o reconhecimento da República brasileira por aquele país. Segundo ele, conseguiu convencê-los utilizando o argumento da conveniência de serem os Estados Unidos os “padrinhos do nosso batismo político” antes que alguma potência europeia lhes tomassem a dianteira (MENDONÇA, 1913, p. 118). Ainda que se duvide que sua participação tenha sido tão decisiva como ele mesmo narra, Mendonça ocupava lugar privilegiado e estava em contato com importantes quadros políticos, tanto brasileiros quanto estadunidenses, e, portanto, suas representações são importantes para a análise diplomática do período. No entanto, conforme buscamos demonstrar neste artigo, seus discursos foram publicados apenas em 1913, constituindo muito mais uma defesa *a posteriori* de sua conduta pública do que uma crônica política. Mendonça escreve para afirmar sua contribuição no

estreitamento de laços entre o Brasil e os Estados Unidos, num momento em que os louros por essa obra eram dados ao Itamaraty do período Rio Branco e a Joaquim Nabuco, que chefiara a Embaixada brasileira em Washington desde sua fundação, em 1905.

### **A situação internacional do Brasil e o Itamaraty no período do Barão do Rio Branco e Joaquim Nabuco (1904-1913)**

Ao final de sua compilação de artigos, Salvador de Mendonça ratifica que o objetivo da publicação é apresentar ao leitor o cenário das relações entre o Brasil e os Estados Unidos quando deixara o serviço diplomático. Além disso, afirma querer apresentar esse cenário como contraponto à situação dessas relações quando da publicação da obra, enfatizando o período em que o Barão do Rio Branco esteve à frente do Ministério das Relações Exteriores (1902-1913). Com Rio Branco no Itamaraty consolidaram-se as relações entre o Brasil e os Estados Unidos, cujas maiores expressões foram a elevação, em 1905, da legação brasileira em Washington à Embaixada e, no mesmo ano, a elevação da legação estadunidense no Rio de Janeiro à mesma categoria de sua contraparte (CASTRO, 2012, p. 44). O primeiro embaixador brasileiro nos Estados Unidos foi Joaquim Nabuco (1905-1910), cuja adesão ao pan-americanismo fora intensa. Nabuco fora, anos antes, um dos intelectuais mais críticos à adesão da diplomacia brasileira aos termos da Doutrina Monroe, no contexto da Revolta da Armada. Na ocasião, escrevera diversos artigos, posteriormente reunidos em livro, denunciando o recurso à intervenção estrangeira para manter o governo de Floriano Peixoto (NABUCO, 2003, p. 122-124). A popularidade política de Rio Branco, seu prestígio e poder crescentes na Primeira República ajudaram a construir a imagem pública de promotor da aproximação com os Estados Unidos (LYNCH, 2014b, p. 27-28). A imagem de fundadores da “amizade americana” de Nabuco e Rio Branco foi enfaticamente questionada por Mendonça:

O fito principal da sua publicação foi mostrar o estado real dessas relações ao tempo em que o golpe traiçoeiro do governo da República me arredou da Legação de Washington e oferecer um termo de comparação entre essa situação e a presente, de modo a tornar claro que bem pouco se tem feito, – se alguma coisa se fez – de então pra cá no desenvolvimento do plano de aproximação das duas grandes Republicas deste continente (MENDONÇA, 1913, p. 245).

Salvador de Mendonça escreve, em 1913, de forma ressentida sobre as circunstâncias de sua vida pública. Em 1898 fora removido da legação brasileira em Washington e transferido para Lisboa, tendo, no entanto, sua transferência negada pelo Senado da República, sob a alegação de que se encontrava doente. Ele seria exonerado do cargo diplomático e, somente após apelar na imprensa e por meio de cartas a amigos influentes,

seria reintegrado ao corpo diplomático em 1903, sendo, em seguida, posto em disponibilidade por sua idade avançada (MENDONÇA, 1941a, p. 88-91, 1941b, p. 87-88). Além do processo de afastamento, Mendonça precisou confrontar as críticas que lhe pesaram e que foram utilizadas como justificativa para sua remoção. Em sua última tentativa de incorporação efetiva ao serviço diplomático, foi preterido por Rui Barbosa para o posto de deputado na Conferência de Haia (1907). Em suas palavras: “Quando, pois, o Barão do Rio Branco mandou o sr. Joaquim Nabuco descobrir a America do Norte, ella já estava descoberta, medida e demarcada” (MENDONÇA, 1913, p. 247). Mendonça apresenta em seu texto a defesa de sua contribuição para o estreitamento de laços diplomáticos entre o Brasil e os Estados Unidos, criticando as diretrizes do Itamaraty.

Dos esforços combinados de Joaquim Nabuco e Rio Branco em favor das boas relações entre o Brazil e os Estados Unidos, conheço apenas a celebre moção que á quarta conferência Internacional Americana de Buenos Aires teve ordem de apresentar em julho de 1910 a Delegação do Brazil, e em que Joaquim Nabuco queria que nós outros Latinos manifestássemos aos Estados Unidos o nosso “reconhecimento” pela doutrina de Monroe e o barão do Rio Branco o nosso “applauso” á dita doutrina. Ás objecções da Argentina e do Chile devemos nós outros Latinos do continente Americano não ter sido endossada tal doutrina nem agradecido e applaudido esse protectorado, offensivo da nossa dignidade de nações soberanas (MENDONÇA, 1913, p. 255).

Salvador de Mendonça, que tanto havia se esforçado em prol do pan-americanismo em sua atividade diplomática, adotou, em 1913, um discurso nacionalista, com o qual acusou a subserviência do Itamaraty do período Rio Branco ao imperialismo dos Estados Unidos (TOPIK, 2009, p. 371-372), motivo pelo qual as demais nações latino-americanas desconfiariam do Brasil.<sup>13</sup> Em seu percurso como chanceler, José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, procurou estabelecer uma política de relativa autonomia do Itamaraty em relação ao poder central. Utilizou a aproximação com os Estados Unidos para dois objetivos: refrear a influência europeia e aumentar o capital político brasileiro, visando às relações com os vizinhos sul-americanos. Portanto, se por um lado satisfazia os setores agroexportadores, por outro apaziguava os ânimos nacionalistas na medida em que se servia da relação com os Estados Unidos para facilitar a consolidação das fronteiras nacionais. No entanto, a aproximação com os Estados Unidos não significava a aceitação. Rio Branco buscou contrabalançar as influências estadunidense e britânica, de acordo com os objetivos diplomáticos do Brasil. Seu pragmatismo consistiu na manutenção da maior margem de autonomia possível ante a Doutrina Monroe e na tentativa, até certo ponto bem-sucedida, de alavancar o Brasil a uma posição de mediador entre os Estados Unidos e o restante dos países

sul-americanos, como uma espécie de potência sub-regional, posição possível após as definições das fronteiras nacionais (CASTRO, 2012, p. 44-45, 2014, p. 183-191).

A efetiva distinção entre os discursos pan-americanistas de Salvador de Mendonça e a lógica pragmática implementada pelo Barão do Rio Branco está na insistência do primeiro nas soluções tratadísticas como forma de se contrabalancear o protetorado implícito na Doutrina Monroe, a exemplo do arbitramento proposto na Conferência de 1889. De outra parte, a visão realista de Rio Branco lhe permitia perceber o peso dos Estados Unidos como potência mundial na nova distribuição de poder internacional e descrevia a capacidade dos países latino-americanos de formarem um bloco capaz de se contrapor aos interesses estadunidenses (CASTRO, 2014, p. 188). Enquanto Mendonça indicava os tratados de arbitramento como legislações internacionais capazes de resguardar a dignidade e a soberania das nações latino-americanas, o pragmatismo de Rio Branco buscava a Doutrina Monroe como estratégia defensiva contra o imperialismo europeu e aderiu à lógica pan-americanista para consolidar o comércio internacional e definir os limites territoriais do País. A adesão à Doutrina Monroe sem a proteção de uma Dieta continental foi reputada por Mendonça como subserviência e adesão vergonhosa ao protetorado estadunidense (MENDONÇA, 1913, p. 257-266). A retórica pan-americanista do intelectual torna-se, nesse momento, assimétrica à conotação imperialista adquirida pela Doutrina Monroe (LYRA JUNIOR, 2014, p. 149).

Apesar dessa distinção, pode-se afirmar que nos discursos de Salvador de Mendonça há muito mais concordâncias com a visão pan-americana do Barão do que discrepâncias, especialmente no que diz respeito aos objetivos político-diplomáticos: a busca pragmática pelo protetorado estadunidense contra a agressividade do imperialismo europeu, a tentativa de legar ao Brasil uma posição de maior protagonismo no concerto internacional de nações, notadamente o de subpotência sul-americana, a manutenção a qualquer custo da ordem e da legalidade, a manutenção da integridade do território, o aumento do prestígio da diplomacia brasileira o estímulo à agroexportação, entre outras (CAMPOS, 2016, p. 124-178).

Se isso é correto, é possível afirmar que uma das chaves de leitura para os discursos de Salvador de Mendonça é a retórica. Conforme constatou José Murilo de Carvalho (2000, p. 136-138; 145), em razão da herança de tradições intelectuais portuguesas, grande parte dos textos do século XIX guardava a característica de privilegiar o estilo oratório ao conteúdo estrito das doutrinas. Portanto, sua interpretação não pode desconsiderar a elocução. Essa hipótese é reforçada pela mudança na ênfase e no conteúdo dos discursos de Mendonça de 1913 em relação aos de 1904.



Não há em toda esta vasta Republica um brasileiro que possa ler e ouvir, e se interesse pela causa publica, que não saiba que o Barão do Rio Branco, que mantém intacta a gloriosa herança paterna, escreveu seu nome inolvidavel nos annaes da Patria com a conquista do território disputado, e que a elle quase exclusivamente deve o Brazil essa victoria. Não me cegão [*sic*] deslumbramentos de amizade quando afirmo, em consciencia, que, ao lado de Capistrano de Abreu, não ha neste paiz quem tanto conheça nossa historia e geographia coloniaes (MENDONÇA, 1904, p. 186-187).

O fragmento do discurso de 1904 de Salvador de Mendonça sobre o Barão do Rio Branco contrasta notavelmente, em conteúdo e no tom das palavras, com o discurso de 1913. Os louvores à capacidade, a exaltação da competência no trabalho diplomático e a declaração pública de amizade são substituídos por acusações de corrupção, esbanjamento do dinheiro público em promoção pessoal, promoção de negociatas com a coisa pública, militarismo e manipulação política. Verifica-se, portanto, que Mendonça não se furta a utilizar o argumento *ad personam* (CARVALHO, 2000, p. 141).

A Republica [...], ouviu o novo ministro, no dia do seu desembarque, declarar em alto e bom som que vinha tão monarchista quanto saíra [...]. Iniciou-se ahí o periodo de corrupção, das molhaduras a principio e ao depois dos premios de viagem a poetas, que iam e vinham ver o grande homem e cantar-lhe em todas as linguas os feitos portentosos, a tantos contos por mez ou a tantas dezenas de mil francos por conferencia. Data de então a phase de pouca vergonha que se alastrou do centro para os Estados e fez polullar os advogados administrativos, os arranjadores de negociatas em ambas as casas do Congresso e a entrada privilegiada nas secretarias de Estado [...]. Elle o apregoado pacifista instou a occultas pela immediata reorganização do Exercito e da Armada [...], prérgou a necessidade de um presidente militar, e escolheu-o de molde a continuar por trás dele a imprimir todos os seus actos de acção desejada (MENDONÇA, 1913, p. 258-259).

A conjuntura mudou nos nove anos que separam os dois textos. Com o falecimento do Barão, em 1912, Salvador Mendonça viu-se desimpedido pelo poder coercitivo que o ex-chanceler concentrava. Ele próprio era pessoalmente dependente de Rio Branco, na medida em que fora exonerado sem vencimentos do cargo em 1898 e somente em 1903 voltara ao quadro diplomático, com a anuência de Paranhos. Sua aposentadoria dependia da boa vontade do Barão do Rio Branco. Em 1913, Mendonça viu-se livre para expressar enfaticamente seu ressentimento. Isso corrobora nossa hipótese de que os discursos de Salvador de Mendonça privilegiam a retórica, objetivando legitimar sua atuação diplomática.

## Conclusão

Os discursos de Salvador de Mendonça deixam transparecer que sua adesão ao pan-americanismo estava profundamente ligada ao seu republicanismo ideológico. Reconhecia as

debilidades da República brasileira, bem como a escalada do imperialismo estadunidense, concebendo que o Brasil poderia tirar proveito político e comercial de uma aproximação com os Estados Unidos. Mendonça acreditava ser possível uma colaboração horizontal, fundamentada numa amizade republicana e costurada por tratados continentais que representassem uma posição intermediária entre a total autonomia e a adesão absoluta ao protetorado estadunidense, representado pela Doutrina Monroe. Nesse modo de pensar, o pan-americanismo de Salvador de Mendonça adquire um sentido assimétrico à Doutrina Monroe, ressignificada pelo expansionismo dos Estados Unidos.

A concepção de Mendonça contrasta com a postura do Barão do Rio Branco, que implementou no Itamaraty uma diretriz diplomática de adesão pragmática ao pan-americanismo. Esta buscava garantir vantagens políticas reais de acordo com as circunstâncias diplomáticas, o que inviabilizava acordos que pudessem limitar sua ação. O idealismo republicano de Mendonça e o pragmatismo de Rio Branco diferenciam o teor da retórica pan-americanista dos dois diplomatas e intelectuais. No entanto, tal diferenciação deve ser relativizada, na medida em que há muito mais proximidade do que afastamento entre as duas visões diplomáticas, principalmente no que tange aos objetivos políticos. Portanto, considero a adesão de Mendonça ao nacionalismo, conforme expresso em *A situação internacional do Brasil*, como um recurso retórico de defesa de sua conduta no cargo diplomático. Ao publicar sua principal obra, 15 anos após deixar a diplomacia, Mendonça justifica sua atuação buscando oferecer termo de comparação com o Itamaraty no período em que o Barão do Rio Branco foi o Chanceler e que Joaquim Nabuco foi o embaixador brasileiro nos Estados Unidos, que associa à subserviência ao imperialismo estadunidense.

Portanto, se do ponto de vista da ilocução os discursos analisados prestam-se à defesa da ação de Salvador de Mendonça por meio da comparação, do ponto de vista da elocução eles devem ser entendidos como construções retóricas.

## Notas

---

<sup>1</sup> O século XIX foi marcado por movimentos internacionais denominados “panismos”, que pretendiam reunir em torno de um centro povos vinculados entre si por características linguísticas, étnicas e/ou culturais. A especificidade do pan-americanismo foi seu caráter eminentemente geográfico continental e o fato de possuir objetivos políticos em vez de um programa doutrinário (CASTRO, 2012, p. 40).

<sup>2</sup> Esta metodologia ficou conhecida como “contextualismo linguístico” e foi consagrada por Quentin Skinner na década de 1960, vindo a sofrer mudanças no decorrer dos anos. O historiador britânico julgava inicialmente ser possível apreender a intencionalidade autoral. No entanto, retrocedeu diante das críticas e voltou seu programa a

ênfatar o ato discursivo e sua inserção no contexto linguístico (SKINNER, 1969, p. 48-53; 2005, p. 112-126; 136-144; 175-178).

<sup>3</sup> Embora se reconheça a noção de intelectual como polissêmica, considera-se aqui uma conceituação que engloba duas acepções: uma ampla, que considera os “criadores e mediadores culturais”, na qual estariam inclusos os formadores e divulgadores de ideias, como eruditos, pesquisadores, jornalistas, professores, críticos, etc.; e outra “mais estreita, baseada na noção de engajamento”, na qual o intelectual se colocaria como ator político a serviço da causa que defende (SIRINELLI, 2003, p. 242-244).

<sup>4</sup> Sobre a biografia de Salvador de Mendonça, ver Junqueira (2014) e Mendonça (1960).

<sup>5</sup> A ambiguidade marcava os liberais republicanos. Opunham-se ao Império, entretanto aceitavam de bom grado seus cargos públicos, negociando sempre por mais espaço político. O ideal desses intelectuais seria a implantação da República após a morte do Imperador (ALONSO, 2002, p. 109-110).

<sup>6</sup> A Doutrina Monroe surge em 1823 como uma mensagem do presidente americano, James Monroe, ao Congresso, enfatizando que os países do continente americano não deveriam ser alvo do colonialismo europeu. Esta foi ressignificada com o avanço do imperialismo estadunidense, passando a exprimir uma doutrina de segurança nacional e de estabilidade para a América Latina. Em fins do século XIX e início do XX, A Doutrina Monroe passou a legitimar intervenções em países latino-americanos que abrangiam a área de segurança ampliada dos Estados Unidos (CASTRO, 2012, p. 61; CERVO; BUENO, 2012, p. 194).

<sup>7</sup> Um dos mais ferrenhos críticos ao acordo foi o intelectual monarquista Eduardo Prado, que publicou, em 1894, *A ilusão americana*, em que condenava os entusiastas brasileiros da americanização e denunciava o Convênio como lesivo aos interesses nacionais (PRADO, 2003, p. 85-90).

<sup>8</sup> O conceito de cultura política é utilizado aqui como um conjunto coerente de elementos que se inter-relacionam, permitindo a definição de uma forma de identidade do indivíduo que dela participa (BERSTEIN, 1998, p. 350).

<sup>9</sup> A grafia original foi mantida em todas as citações de fonte, neste trabalho.

<sup>10</sup> O discurso foi proferido em dezembro de 1889, e o reconhecimento dos Estados Unidos viria apenas em janeiro do ano seguinte (MENDONÇA, 1913, p. 119; 132).

<sup>11</sup> O Manifesto do Partido Republicano do Rio de Janeiro, do qual Salvador de Mendonça e Quintino Bocaiuva foram coautores, em 1870, dizia: “Somos da America e queremos ser americanos. A nossa fôrma [sic] de governo é, em sua essencia e em sua pratica antinômica e hostil ao direito e aos interesses dos Estados Americanos” (A REPUBLICA, 1870, p. 3).

<sup>12</sup> O primeiro país a reconhecer a República brasileira, em 20 de novembro de 1889, foi o Uruguai, seguido por Argentina e Chile. Em janeiro de 1890 o fizeram Bolívia, Venezuela, México e Estados Unidos. Na Europa, a França reconheceu em julho de 1890, após o Governo Provisório garantir a retomada das negociações da questão de limites com a Guiana Francesa. Foi seguida em 1891 por Grã-Bretanha, Itália, Espanha, Portugal e Alemanha, que aguardaram a eleição da Assembleia Constituinte. A última monarquia do velho mundo a reconhecer a República brasileira foi a Rússia, em maio de 1892 (CERVO; BUENO, 2012, p. 167).

<sup>13</sup> A acusação de Mendonça diz respeito aos eventos que se sucederam ao bloqueio anglo-germânico à Venezuela, em 1902. As potências europeias utilizaram-se de coerção para a cobrança de dívidas, e o ministro das Relações Exteriores argentino, Luis María Drago, emitiu uma nota asseverando o princípio de que dívida pública não poderia ser cobrada pelo uso da força. O governo estadunidense não subscreveu os termos da Doutrina Drago, tendo o presidente Theodore Roosevelt rejeitado o arbitramento que lhe fora oferecido. A decisão foi encaminhada à Corte Internacional de Haia, que em 1904 deu ganho total de causa aos europeus. A não interferência de Roosevelt deve-se ao fato de que os Estados Unidos eram também credores de países latino-americanos e, portanto, não se interessavam por uma medida que limitasse suas ações futuras. O Barão do Rio Branco consentiu com a posição dos Estados Unidos, motivado pela estabilidade financeira alcançada pelo Brasil durante o governo Campos Sales, que foi legada à administração Rodrigues Alves. Joaquim Nabuco, por sua vez, contribuiu decisivamente para a não inclusão da discussão da Doutrina Drago na pauta da III Conferência Internacional Americana, no Rio de Janeiro, em 1906 (BUENO, 2003, p. 146-155).

## Referências

### Fontes

“Manifesto republicano”: aos nossos concidadãos. *A República*, Rio de Janeiro, 3 dez. 1870.

MENDONÇA, Carlos Sussekind de. *Salvador de Mendonça: democrata do Império e da República*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro/Ministério da Educação e Cultura, 1960.

MENDONÇA, Salvador de. *Ajuste de contas*. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1904.

MENDONÇA, Salvador de. *A situação internacional do Brasil*. Rio de Janeiro: Garnier, 1913.

MENDONÇA, Salvador de. Duas cartas de Salvador de Mendonça. *Revista do Brasil: publicação mensal de ciencia, letras, artes historia e actualidades*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 37, p. 88-91, 1941a.

MENDONÇA, Salvador de. Carta de Salvador de Mendonça ao Barão do Rio Branco. *Revista do Brasil: publicação mensal de ciencia, letras, artes historia e actualidades*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 38, p. 87-88, 1941b.

NABUCO, Joaquim. *A intervenção estrangeira durante a revolta de 1893*. Brasília: Senado Federal, 2003. Disponível em: <[www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/1088](http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/1088)>. Acesso em: 16 de jul. 2018.

PRADO, Eduardo. *A ilusão americana*. Brasília: Senado Federal, 2003. Disponível em: <[www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/1095](http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/1095)>. Acesso em: 16 de jul. 2018.

### *Bibliografia*

ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (orgs.). *Para uma história cultural*. Lisboa: editorial Estampa, 1998, p. 349-363.

BUENO, Clodoaldo. *Política externa da Primeira República: os anos de apogeu (1902-1918)*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

CAMPOS, Elion de Souza. *Republicanização e pan-americanismo: a aproximação entre o Brasil e os Estados Unidos nos discursos de Salvador de Mendonça (1889-1913)*. Dissertação (Mestrado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

CARVALHO, José Murilo de. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. *Topoi. Revista de História*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 123-152, jan.-dez. 2000. Disponível em: <<http://revistatopoi.org/site/numeros-antiores/topoi1/>>. Acesso em 16 jul. 2018.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial; teatro de sombras: a política imperial*. 2. ed.. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CASTRO, Fernando Vale. *Pensando um continente: a Revista Americana e a criação de um projeto cultural para a América do Sul*. Rio de Janeiro: MauadX; Faperj, 2012.

CASTRO, Fernando Vale. Uma revista para entender a diplomacia do Barão. In: LAIDLER, Christiane Vieira (org.). *O Barão do Rio Branco: política externa e nação*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2014, p. 179-212.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 4. ed.. Brasília: Unb, 2012.

JUNQUEIRA, Cecília Costa. *Salvador de Mendonça: cadeira 20, ocupante 1 (fundador)*. Rio de Janeiro; São Paulo: Academia Brasileira de Letras; Imprensa Oficial, 2014.

LESSA, Renato. *A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira*. 3. ed.. Rio de Janeiro: Topbooks, 2015.

LYNCH, Christian Edward Cyril. *Da monarquia à oligarquia: história institucional e pensamento político brasileiro (1822-1930)*. São Paulo: Alameda, 2014a.

LYNCH, Christian Edward Cyril. Um saquarema no Itamaraty: reflexões e hipóteses sobre o pensamento político do Barão do Rio Branco. In: LAIDLER, Christiane Vieira (org.). *O Barão do Rio Branco: política externa e nação*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2014b, p. 17-54.

LYRA JUNIOR, Américo Alves de. *O Brasil na América: a história das relações internacionais brasileira durante o período de transição entre o Império e a República*. Curitiba: Juruá, 2014.

PEREIRA, Gabriel Terra. *A diplomacia da americanização de Salvador de Mendonça (1889-1898)*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

POCOCK, John G. A.. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp, 2003.

SANTOS, Fábio Murici dos. Um Éden germânico: a Europa e as Américas nas viagens de Oliveira Lima. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 35, p. 23-46, jul. 2005. Disponível em: < <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2238>> Acesso em: 16 jul. 2018.

SCHOULTZ, Lars. *Estados Unidos, poder e submissão: uma história da política norte-americana em relação à América Latina*. Bauru: Edusc, 2000.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2. ed.. Rio de Janeiro, 2003, p. 231-269.

SKINNER, Quentin. Meaning and Understanding in the History of Ideas. *History and Theory*, v. 8, n. 1, p. 3-53, 1969. Disponível em: <[www.jstor.org/stable/2504188](http://www.jstor.org/stable/2504188)>. Acesso em: 16 jul. 2018.

SKINNER, Quentin. *Visões da política: questões metodológicas*. Lisboa: Difel, 2005.

SMITH, Robert Freeman Os Estados Unidos e a América Latina. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina: de 1870 a 1930, Vol. III*. São Paulo; Brasília: Edusp; Funag, 2009, p. 609-649.

TOPIK, Steven C.. *Comércio e Canhoneiras: Brasil e Estados Unidos na Era dos Impérios (1889-97)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.